


	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: y0gfgqrb SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 02/02/2026 Projeto de lei nº 45/2026 Protocolo nº 389/2026 Processo nº 85/2026	
Autor: Dep. Valdir Barranco		

Dispõe sobre a celebração de acordos e transações envolvendo créditos tributários e não tributários no âmbito do Estado de Mato Grosso, estabelece a exigência de autorização legislativa em casos específicos e fixa critérios objetivos para pagamentos decorrentes de decisões judiciais e acordos administrativos, especialmente quanto à observância do regime constitucional dos precatórios.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina a celebração de acordos, transações, conciliações ou instrumentos equivalentes, judiciais ou administrativos, que envolvam créditos tributários ou não tributários do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de assegurar a observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, transparência, interesse público, separação dos poderes e do regime constitucional dos precatórios.

Art. 2º Dependerá de autorização prévia e expressa da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso a celebração de acordo ou transação que implique renúncia de receita, envolva valor de impacto fiscal relevante, resulte em pagamento fora do regime constitucional dos precatórios ou utilize instâncias de conciliação não previstas em lei.

Art. 3º É vedado ao Estado de Mato Grosso efetuar pagamento decorrente de decisão judicial ou acordo administrativo fora do regime constitucional dos precatórios, salvo nas hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal.

Art. 4º A celebração de acordo deverá ser precedida de parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Estado, estudo técnico de risco processual, análise de impacto orçamentário e financeiro, manifestação do órgão de controle interno e ampla publicidade do processo administrativo.

Art. 5º Os acordos celebrados deverão ser integralmente disponibilizados em portal eletrônico de

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

transparência, contendo informações sobre valores, fundamentos jurídicos, forma de pagamento e autoridades responsáveis.

Art. 6º O descumprimento desta Lei ensejará a responsabilização administrativa, civil e penal dos agentes públicos envolvidos, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º Aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei nº 14.133/2021 e da legislação tributária estadual.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA


A submissão do presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa de Leis fundamenta-se na necessidade de institucionalizar procedimentos que garantam a supremacia do interesse público e a máxima transparência nas transações envolvendo o erário estadual. A proposição busca estabelecer um marco regulatório moderno e seguro, assegurando que todo e qualquer acordo ou transação tributária e não tributária seja pautado por critérios objetivos, oferecendo à sociedade a clareza necessária sobre a gestão dos recursos que pertencem a todos os cidadãos de Mato Grosso.

A essência desta norma reside no fortalecimento da segurança jurídica e na democratização das decisões de alto impacto fiscal. Ao prever a participação do Poder Legislativo em acordos de magnitude relevante, o projeto não apenas reforça o sistema de freios e contrapesos, mas assegura que o destino de grandes volumes de recursos públicos seja objeto de um escrutínio mais amplo e democrático. A autorização legislativa e o rigor nos pareceres técnicos prévios funcionam como camadas de proteção ao patrimônio público, garantindo que as conciliações administrativas busquem sempre a solução mais vantajosa para o Estado e, conseqüentemente, para a população que depende da correta aplicação dessas receitas em serviços essenciais.

Ademais, o projeto reafirma a imperatividade do regime constitucional de precatórios como instrumento de justiça distributiva e isonomia. Ao disciplinar as hipóteses de pagamento, busca-se evitar distorções que possam comprometer a ordem cronológica de credores, garantindo que o direito de um não seja satisfeito em detrimento da justa espera de outros. A clareza quanto aos fluxos de pagamento e a vedação a excepcionais não previstas em lei conferem previsibilidade ao sistema jurídico e orçamentário estadual, elevando o padrão de confiança nas instituições.

Sob o prisma da transparência ativa, a proposição estabelece a obrigatoriedade de divulgação integral dos acordos em portais eletrônicos. Tal medida é o pilar central desta lei, pois permite que a sociedade civil e os órgãos de controle acompanhem em tempo real os fundamentos jurídicos, os valores envolvidos e a economicidade das transações celebradas. A transparência deixa de ser um conceito abstrato para tornar-se uma ferramenta de cidadania, onde o acesso à informação atua como o melhor antídoto contra eventuais ineficiências administrativas.

Por fim, a presente iniciativa legislativa visa consolidar uma cultura de responsabilidade fiscal e integridade administrativa. Ao fixar normas claras de conduta e transparência, o Estado de Mato Grosso posiciona-se na vanguarda da gestão pública ética, garantindo que a consensualidade seja sempre exercida em estrita observância à lei. Diante do manifesto interesse público e do benefício social decorrente de uma gestão transparente, submete-se este projeto aos nobres pares, certos de que sua aprovação fortalecerá as

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

instituições e o controle social em nosso Estado.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 02 de Fevereiro de 2026

Valdir Barranco
Deputado Estadual